



Hoje o desastre é em Minas Gerais e Juiz de Fora. E amanhã, onde será?

O recente desastre que afetou parte da população de Juiz de Fora reafirma a necessidade de mudarmos radicalmente as formas atuais de enfrentamento de desastres, baseada em ações reativas, focadas nas respostas, com poucos investimentos dos governos, em todos os níveis, em políticas preventivas em relação aos desastres. **Não é mais aceitável tratar cada desastre como se fosse a primeira vez e o resultado somente de chuvas mais intensas e eventos extremos envolvendo as mudanças climáticas. As chuvas fortes e/ou prolongadas devem ser compreendidas como disparadores de um desastre, que não se realizaria sem a exposição das populações que se encontram em condições de vulnerabilidades e habitam áreas de maior risco de deslizamentos, combinadas com os poucos investimentos no enfrentamento dos determinantes sociais e ambientais para redução de riscos de desastres.** Esse enfrentamento deve envolver diversos setores e políticas públicas (proteção e defesa civil, meio ambiente, cidades, uso e ocupação do solo, habitação, saúde, água e saneamento, assistência social, entre outros) de forma a prevenir e mitigar os riscos que levam a tais desastres.

Levantamento realizado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) já alertava para os riscos envolvendo a instabilidade do solo em Juiz de Fora, demonstrando o aumento na recorrência de deslizamentos de terra desde 2020. Só no ano de 2026, a Defesa Civil do município registrou entre os meses de janeiro e fevereiro mais de 1.200 escorregamentos de talude, representando um aumento de 22 vezes mais do que o pior ano desde 2020¹. O aumento da ocorrência de deslizamentos se deu no contexto em que Juiz de Fora esteve entre os municípios que mais ampliou a ocupação e construção em encostas, ficando atrás

¹ G1. 01/03/2026. 'Curva de deslizamentos' anunciava tragédia que matou mais de 60 pessoas em Juiz de Fora. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/mg/zona-da-mata/noticia/2026/03/01/curva-de-deslizamentos-anunciava-tragedia-que-matou-mais-de-60-pessoas-em-juiz-de-fora.ghtml>

somente de outros municípios de maior porte, como Rio de Janeiro e São Paulo². A questão central é que este processo não se encontra restrito ao estado de Minas Gerais e ao município de Juiz de Fora, pois a ocupação em áreas de declividade sujeitas à deslizamentos e próximas de rios suscetíveis à inundações vem crescendo ao longo dos anos em todo país, como demonstra estudo do MapBiomias³.

O aumento da população ocupando áreas de risco em condições de vulnerabilidade e exposta aos desastres ocorreu em um contexto de redução das capacidades de investimentos em prevenção e mitigação de riscos. O governo do estado de Minas Gerais reduziu as verbas de programas contra impactos das chuvas em 95,6% nos últimos três anos e o governo Federal contingenciou, no ano passado, cerca de 50% das verbas, o que afetou diversos ministérios, entre estes o Ministério das Cidades (que concentra investimentos em contenção de encostas e drenagem)¹.

Diante de mais um desastre, o Observatório de Clima e Saúde da Fiocruz lançou agora a Nota *“Impactos das Inundações e Deslizamentos em Juiz de Fora e Região (MG) e Recomendações para o Setor Saúde”*, alertando para riscos à saúde da população e os serviços de saúde. Além dos riscos envolvendo surtos de doenças infecciosas e o potencial de agravamento de doenças crônicas e impactos na saúde mental da população, destaca também o fato de Juiz de Fora ser um polo regional de média e alta complexidade para toda a macrorregião Sudeste de Minas Gerais, de modo que restrições no acesso aos serviços de saúde (quedas de barreiras e interrupções do fluxo nas estradas da região) e a sobrecarga dos serviços de saúde do município podem gerar *“um efeito cascata na rede de atenção em saúde, sobrecarregando hospitais em municípios vizinhos e desassistindo uma população que já se encontra em vulnerabilidade.”*⁴

² G1. 04/03/2026. Minas Gerais lidera urbanização em áreas íngremes no Brasil, aponta estudo do MapBiomias. Disponível em:

04/<https://cbn.globo.com/programas/jornal-da-cbn/entrevista/2026/03/04/minas-gerais-lidera-urbanizacao-em-areas-ingremes-no-brasil-aponta-estudo-do-mapbiomas.ghtml>

³ MapBiomias. “Projeto MapBiomias – Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil entre 1985 a 2022 – Coleção 8. Disponível em:

https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/10/FACT_Areas-Urbanas-no-Brasil_31.10_v2.pdf

⁴ Observatório de Clima e Saúde – Fiocruz. Nota Impactos das Inundações e Deslizamentos em Juiz de Fora e Região (MG) e Recomendações para o Setor Saúde. Disponível em:

https://climaesaude.iciet.fiocruz.br/sites/climaesaude.iciet.fiocruz.br/files/NT_Juiz%20de%20Fora_2026.pdf



O desastre que hoje atinge Minas Gerais e principalmente Juiz de Fora, além de outros municípios como Ubá, Matias Barbosa e Cataguases não é um evento isolado, reproduzindo um padrão histórico em que o crescimento de populações expostas, vivendo em condições de vulnerabilidade em áreas de risco não tem sido acompanhado dos necessários investimentos financeiros nas políticas e programas de prevenção e mitigação, além de preparação, resposta e reconstrução baseados no princípio de oferecer condições de vida e infraestrutura melhor, mais segura e saudável após estes eventos. No período entre 1991–2023 mais de 200 milhões de pessoas, equivalente a população de todo Brasil, foram afetadas por desastres no país, considerando mortos, desalojados, desabrigados e enfermos, segundos dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres⁵, sendo que alguns grupos populacionais mais vulnerabilizados vivendo nos territórios de maior risco são recorrentemente impactados.

A Abrasco se solidariza com todos aqueles que hoje estão sendo afetados pelos desastres que atingem Minas Gerais, Juiz de Fora e outros municípios. E por seu compromisso com a Saúde Coletiva e a proteção da saúde das populações reafirma a necessidade de se quebrar este ciclo vicioso em que cortes de investimentos em políticas de prevenção e mitigação de risco de desastres são acompanhados do aumento das populações em condições de risco e vulnerabilidade aos eventos extremos, em especial no atual contexto de potencialização dos riscos por conta das mudanças climáticas. **Neste cenário, a ABRASCO se une às outras vozes para reafirmar que não temos mais tempo a perder, sendo necessário acelerar e ampliar investimentos e políticas públicas para redução de riscos de desastres e resiliência no contexto da emergência climática e dos eventos extremos⁶.**

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)

⁵ <https://atlasdigital.mdr.gov.br/paginas/graficos.xhtml>

⁶ Herrera, Cristian A. et al. No time to wait: resilience as a cornerstone for primary health care across Latin America and the Caribbean, a World Bank-PAHO Lancet Regional Health Americas Commission. The Lancet Regional Health – Americas, Volume 50, 101240. 2025.